



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SESAB – SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA
CIB – COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

RESUMO DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CIB

DATA: 27/03/2020 – 11 horas

PAUTA ÚNICA

1. GASEC:

1.1 Portaria GM/MS nº 480, de 23 de março de 2020, que estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde, a ser disponibilizado aos estados e Distrito Federal, destinados às ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus – COVID 19.

Secretário de Estado colocou que o Estado recebeu um repasse de mais de 39 mil na Portaria passada do Ministério e cerca de 48 a ser pactuada nessa CIB. E referiu que iria fazer um pequeno relato do quanto a epidemia está custando e vai custar ao governo do Estado. O Estado vai abrir 600 leitos de leitos de UTI no Estado, em Salvador e vão contratar leitos em Barreiras, Vitória da Conquista e Ilhéus, entre outros municípios. E será destinado um montante de custeio mensal da ordem de R\$ 28.000.000,00/mês, e ressaltou que cinco meses de contratação vão custar quase R\$ 150.000.000,00 do tesouro estadual. Além disso, estão adquirindo 600 respiradores por um valor de R\$ 80.000,00 cada um, totalizando R\$ 48.000.000,00, mais camas, monitores, alugando infraestruturas temporárias para colocar tendas, hospitais de campanhas em anexo ao hospital do Subúrbio que tem uma outra estrutura que custa mais cerca de R\$ 1.000.700,00/mês. Referiu que fizeram várias importações de testes diagnósticos PCR para o LACEN, compraram 5 novas máquinas extratoras e analisadoras para o LACEN, compraram também uma quantidade absurda de equipamento de proteção individual para serem descentralizados para os Hospitais e municípios. E essa conta está em torno de R\$ 250.000.000,00, durante os cinco meses de epidemia para os cofres estaduais. O governador autorizou retirar esse recurso de outras secretarias para suplementar a SESAB, e se sabe que haverá uma queda de arrecadação tributária de ICMS expressiva e estão colocando uma conta de quase um quarto de bilhão para o Estado em um momento que o estado vai está fragilizado do ponto de vista financeiro. A proposta que estão trazendo para os municípios e registrou que foi conversado com o presidente da UPB, tirando Salvador e Feira de Santana, que possuem estruturas para fazer suas contratações de hospitais, suas importações, suas compras, deixassem esse recurso que só são 70.000.000,00, que não dá para muita coisa, no teto do estado, e propôs que fosse alocado no Teto do Estado, para que o Estado façam as contratações dos leitos que forem necessários para atendimento aos pacientes com Coronavírus no interior. Referiu que esqueceu de dizer que estão abrindo com os municípios 18 unidades de pronto atendimento e triagem que serão co financiadas pelo governo do estado, destacando que o que ficou alinhado com os prefeitos foi que uma UPA tipo I teria R\$ 150.000,00 de custeio que equivale ao valor da habilitação e qualificação, paga pelo estado até o momento da habilitação, a diferença do valor dessa habilitação para o valor real do custeio, exemplificou que em uma situação em que a UPA custasse R\$ 240.000,00/mês, esses R\$ 90.000,00 a mais o estado entraria com metade R\$ 45.000,00 e o município ficaria com R\$ 45.000,00, então o Estado entraria nessa UPA com R\$ 150.000,00 e mais R\$ 45.000,00, totalizando R\$ 195.000,00 e município entraria com R\$ 45.000,00 e abririam 18 unidades de triagem e estabilização em todas as regiões do estado da Bahia. Então reiterou que a proposta é de que esse recurso pequeno, que não representa nem ¼ do que o Estado vai gastar, fique no teto do estado e que se faça a aquisição no mercado internacional dos EPI que precisam ser descentralizados para os municípios, e foi conversado com o Presidente da UPB que está apoiando essa proposta e queria trazer isso para a consideração dos senhores(as) secretários(as).

Raul Molina sugeriu acompanhar a proposta sugerida pelo Secretário que teria maior estrutura e poder de barganha com prestadores de serviços de materiais.

Leonardo Prates considerou interessante a proposta e reiterou a importância da alocação de recurso para o município de Salvador e Feira de Santana, por terem estrutura maior, para dar suporte ao Estado e mencionou as iniciativas do município para ampliação de leitos e infraestrutura de atendimento com a previsão de contrualização de leitos no Santa Isabel, o contato com Wet'n Wild para solicitação de cessão para estruturação de atendimento para o coronavírus.

Stela Souza menciona a importância de contar com o apoio do Estado principalmente na aquisição de EPI por conta do cenário de falta desse material no mercado e hiperdimensionamento dos valores.

Leandro Lobo concorda com a proposta da alocação do recurso no Estado para dar suporte aos municípios por maior capacidade de atuação do mesmo.

Denise Mascarenhas pondera a dificuldade na aquisição de EPI e coloca seu apoio e concordância com o COSEMS em relação a proposta.

Jacklene Mirne reafirma apoio a proposta do Estado e considera alocação em Feira de Santana importante.

Leonardo Prates questiona o Estado quanto a organização do acesso para demais atendimentos frente ao direcionamento exclusivo do Hospital Ernesto Simões para a realização do atendimento dos casos de coronavírus.

Alcina Romero esclarece que já foi realizada reunião com a equipe técnica da SMS de Salvador agora pela manhã e alinhado o atendimento das unidades em Salvador e estariam passando a proposta fechada para SMS agora à tarde.

Denise Mascarenhas solicita que seja detalhado pelo Estado como será feita a execução do recurso a ser alocado e como o município pode solicitar o material ao Estado.

Leandro Lobo reitera e pede que seja deixado claro a execução do Estado para dar transparência e como vai se garantir o material para municípios.

Stela Souza pontua a recurso de EPI que está sendo disponibilizado pelo MS para municípios e vai alinhar com Cristiano essa distribuição e reitera o pedido de Denise e Leandro.

Ana Ofélia reitera a necessidade de dar transparência aos municípios sobre a alocação do recurso, pois como os mesmos acompanharam a Portaria n. 480/2020 e acreditavam que o recurso fosse direcionado per capita e como eles entenderam aqui a importância de alocar no estado por maior capacidade de atuação do mesmo, propôs, que seja esclarecida a forma de alocação para entendimento de todos.

Cássio Garcia refere que será feita reunião com o CEAC para definição da alocação e do quantitativo de EPI para municípios.

Leandro Lobo menciona a importância da reunião e da pactuação.

Raul Molina reforça também a necessidade de se priorizar teste rápido para profissionais de saúde para diagnóstico dos casos de coronavírus.

Cássio Garcia agradece a todos e refere a importância da ferramenta do telessaúde para realização das Reuniões da CIB por webconferência nesse momento da Pandemia e ressalta a disponibilização da sala do GASEC para realização da mesma.

Stela Souza reitera que ficou pactuada a proposta do estado, pontua a importância nesse momento de trabalhar com o possível e dos gestores terem se desterritorializado para atendimento a toda a população baiana e fica muito satisfeita com os pares que perceberam a importância de estarem alinhados com ela nesse momento crítico da pandemia.

PRÓXIMA REUNIÃO 22/04/2019 (QUARTA-FEIRA) – 14 horas